

FELIPE MARTINS DA COSTA
VALÉRIA JENYFFRA RODRIGUES DE ABREU

**SUSTENTABILIDADE URBANA: PERCEÇÃO DOS RESIDENTES DE SOUSA-PB
COM BASE NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
(CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS – ODS 11)**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Administração da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da UFCG, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Curso.

Orientador: Prof. Me. Marcos Macri Olivera

SOUSA-PB

2021



C837s Costa, Felipe Martins da.
Sustentabilidade urbana: percepção dos residentes de Sousa - PB com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável (cidades e comunidades sustentáveis – ODS 11). / Felipe Martins da Costa; Valéria Jenyffra Rodrigues de Abreu. – Sousa, 2021.

33 f.

Artigo Científico (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2021.

Orientador: Prof. Me. Marcos Macri Olivera.

1. Sustentabilidade. 2. Objetivos de desenvolvimento sustentável. 3. Impactos ambientais das cidades. 4. Enfrentamento a desastres. 5. Políticas públicas. I. Olivera, Marcos Macri. II. Título.

CDU: 502.131.1(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Marly Felix da Silva
Bibliotecária-Documentalista
CRB-15/855



Universidade Federal
de Campina Grande



CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UACC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DO TRABALHO DE CURSO

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

As **16:00** horas do dia **27/maio/2021**, compareceu o (a) aluno (a) **Felipe Martins da Costa / Valéria Jenyffra Rodrigues Abreu** para defesa pública do Trabalho de Conclusão em forma de **Artigo** intitulado **Sustentabilidade urbana: percepção dos residentes de Sousa-PB com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável (CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS - ODS 11)** – requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Administração. Constituíram a banca examinadora os professores **Marcos Macri Olivera** (orientador (a)), **Érika Lira Rosado** (avaliador(a)) e **Luma Michelly Soares Rodrigues Macri** (avaliador(a)). Após a exposição oral, o (a) candidato (a) foi arguido (a) pelos componentes da banca que, após reunião em caráter reservado, decidiram **aprovar** a produção acadêmica. Para constar, lavramos a presente ata assinada por membros da Comissão de TC, do Curso de Administração da UACC/CCJS/UFCG.

Sousa-PB, **27/maio/2021**.

Flávio Lemenhe
Mat. SIAPE 1612419

Membro da Comissão de TC do Curso de
Administração (UACC/CCJS/UFCG)

Luma Michelly Soares Rodrigues Macri
Mat. SIAPE 1995059

Membro da Comissão de TC do Curso de
Administração (UACC/CCJS/UFCG)

Sustentabilidade Urbana: Percepção dos Residentes de Sousa-PB com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Cidades e Comunidades Sustentáveis - ODS 11)

Resumo: A sustentabilidade está atrelada às discussões a respeito do futuro das cidades, de modo que proporcione melhores condições dos espaços urbanos, ou seja, tornar as cidades sustentáveis. Estudar o crescimento e a manutenção das cidades requer um complexo conhecimento, e, assim, este trabalho tem como objetivo avaliar a percepção dos cidadãos do município de Sousa-PB, tomando por base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11). A metodologia aplicada foi exploratória e descritiva, com dados coletados pelo método de *survey*, com a aplicação de um questionário, disponibilizado na Internet por meio da plataforma *Formulários Google*. O questionário contou com perguntas relacionadas a doze eixos que envolvem as dez metas do ODS 11, Prestação de Contas e Transparência e foi respondido por 389 pessoas. Levantou-se, com base nos resultados obtidos, a percepção geral da cidade, bem como estabeleceu-se comparações entre as percepções em nível de país e com municípios que foram considerados os mais expressivos, de acordo com o número de respondentes na “Consulta Cidades Sustentáveis (2020)”. Destaca-se que o eixo temático que obteve maior pontuação, foi Impacto Ambiental das Cidades, e com desempenho negativo no campo de Políticas de Enfrentamento a Desastres. Os resultados evidenciam a disponibilidade de um instrumento para que a gestão municipal possa reavaliar suas políticas e formas de atuação, bem como a necessidade de estabelecer comunicação efetiva com os cidadãos, no sentido de divulgação das políticas públicas existentes e efetivação de novas, atendendo as necessidades da população.

Palavras-chave: Sustentabilidade. ODS 11. Consulta Cidades Sustentáveis.

1. INTRODUÇÃO

No cenário mundial de profundas transformações estruturais, a sustentabilidade tem ocupado uma posição central nas discussões relacionadas ao futuro das cidades, pois o foco de se buscar o direito à cidade, agora está atrelado às preocupações com as condições do espaço urbano, ou seja, ter direito à cidades sustentáveis.

De acordo com Novais (2012), as mudanças no meio ambiente causadas pela sociedade são quase tão antigas quanto a própria existência do homem. Porém, foi a partir das décadas finais do século XX que os impactos causados pela degradação ambiental se tornaram mais intensos, devido ao elevado crescimento demográfico e ao alto grau da aceleração tecnológica. A partir da década de 1970 observou-se uma maior preocupação por parte dos governantes, organizações não governamentais e sociedade civil em se discutir e implementar políticas voltadas para planejamento e gestão ambiental em todo o mundo.

Rodrigues *et al.* (2015) afirmam que no século XX houve um crescimento desordenado das cidades, e esse fenômeno deve-se ao capitalismo. Wu (2010) pontua que a urbanização se trata de uma expansão do ambiente construído, realizada pelas sociedades, e que esta pode ser o motivo de tantos problemas ambientais, como perda da biodiversidade, degradação dos ecossistemas, mudanças climáticas e a fragmentação de paisagens históricas.

De acordo com Ndeke (2011), o aumento da demanda por infraestrutura, materiais de consumo e energia exerce pressão sobre os recursos finitos, e a consequência disso, é a insustentabilidade das cidades. A Organização das Nações Unidas (ONU), em suas conferências, têm focado em direcionar os seus estudos sobre os assentamentos humanos, mas os estudos que envolvem o crescimento e o comportamento urbano, mostram que diversos

problemas com tendências negativas estão ganhando cada vez mais destaque na sociedade, tais como: a favelização, meios de circulação inadequados, saneamento básico sem qualidade e afins. Grande parte das cidades não foram planejadas para atender de forma tão rápida e urgente a demanda por recursos e infraestrutura; e a mentalidade dos gestores públicos, na maioria das vezes não favorece a assimilação e implantação das mudanças concernentes à urbanização.

Visando resolver os problemas citados anteriormente, os membros da ONU adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, que inclui os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e propõe uma ação de coordenação mundial entre todos os atores – governos, setor privado, academia, sociedade civil e cidadãos – buscando resolver os problemas globais mais urgentes até 2030. No Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) consta que os ODS representam uma oportunidade de: erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras (ONU, 2015).

A construção de uma nova concepção ambiental, que não se restrinja a entender apenas os processos ecológicos, depende de uma visão diferente de mundo. Pode-se dizer que a promoção da qualidade de vida urbana depende muito, de acordo com Rogers (2008), do entendimento de que as questões ambientais não diferem das questões sociais, porque na realidade “as soluções ecológicas e sociais se reforçam mutuamente e garantem cidades mais saudáveis, cheias de vida e multifuncionais”.

O processo de urbanização brasileiro se acelerou a partir da segunda metade do século XX, ancorando-se num crescimento populacional expressivo. Entre 1960 e 2010, o Brasil urbano cresceu 402%, passando de 32 milhões para 160 milhões de pessoas vivendo nas cidades (Ipea, 2016). Em 1970, a população urbana era de 56%; em 1996, de 78,4%; em 2010, de 84,4%; e até 2050 projeta-se um total de 200 milhões pessoas ocupando os espaços urbanos (op. cit.). O processo de rápida urbanização, aliado a falhas de planejamento e gestão, gerou consequências e desafios que permanecem presentes na realidade brasileira. Esse processo não representou o fim das desigualdades sociais existentes, e os serviços básicos de saúde, saneamento básico, habitação e transporte coletivo público ainda não se tornaram acessíveis a todos os habitantes das cidades do país.

Partindo-se do pressuposto que é preciso conhecer a realidade dos espaços urbanos para apresentar soluções aos problemas que existem, pergunta-se: **Qual a percepção dos residentes da cidade de Sousa-PB sobre sustentabilidade urbana?**

Para responder esse problema de pesquisa tem-se como objetivo geral avaliar qual a percepção dos residentes da cidade de Sousa-PB sobre sustentabilidade urbana, tomando por base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11).

Diante da proposta lançada, esse trabalho justifica-se em razão da complexidade que existe no entendimento do crescimento e manutenção das cidades, e da necessidade de se realizar estudos que possam contribuir no campo teórico da conceituação e investigação dos fatos, de modo a estabelecer novos rumos para a ciência da sustentabilidade urbana e global. A escolha da cidade de Sousa-PB como lócus de desenvolvimento da pesquisa, se dá em virtude de a mesma ser considerada um pólo industrial no sertão paraibano, e também pela intenção de contribuir com as discussões voltadas para as políticas públicas de desenvolvimento e expansão urbana. Dessa forma, esta pesquisa busca despertar reflexões ao poder público, iniciativa

privada e sociedade civil, no que tange aos processos de tomada de decisão, elaboração, implementação e realização de planejamentos e projetos urbanos, focando na preservação e conservação ambiental no meio urbano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Urbano Sustentável

Antes de iniciar uma discussão sobre o conceito de “desenvolvimento sustentável”, é de suma importância, entender que ele se encaixa dentro de uma noção muito maior, advinda de processos históricos que deram forma à sociedade capitalista: a própria noção do “desenvolvimento”. A maioria das pessoas têm ideia que o desenvolvimento é algo virtuoso, e que “desenvolver” significa necessariamente “melhorar”. (PRADO, 2015)

A expressão “desenvolver” tem vários significados, entre os quais “caminhar para um estágio mais avançado” e “progredir” (HOUAISS & VILLAR, 2001, p. 989), o que pode ser adotado na realidade de uma cidade, por exemplo, sem indicar que obrigatoriamente ela melhorou em um sentido amplo.

Peet e Watts (1996) afirmam que o esforço do desenvolvimento é uma maneira de colonização cultural com eficiência única, razão pela qual a habilidade em fazer “as coisas melhorarem” (mesmo que superficialmente) é a mais importante forma para conseguir o poder ou garantir a permanência nele. Portanto, é possível concluir, que a noção de “desenvolvimento” apresenta-se como parte integrante do modo de produção capitalista ocidental industrial, em sua necessidade de expansão constante, condicionando os indivíduos a ela.

Desde os primórdios, a ideia de “sustentabilidade” está presente na história da civilização humana. Atualmente, ainda é claramente vislumbrada no conhecimento coletivo de comunidades tradicionais. No entanto, a exata expressão “desenvolvimento sustentável” da civilização contemporânea ocidental trata-se, propriamente, de um conceito que vem sendo produzido de forma histórica e discursiva desde a segunda metade do século XX até os dias atuais. É uma temática que tomou palco inicialmente na arena política internacional, mais propriamente no seio de conferências mundiais referentes aos temas de meio ambiente e desenvolvimento promovidas pela Organização das Nações Unidas - ONU.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” ganhou visibilidade, num primeiro momento, através do documento “Nosso Futuro Comum”, de 1988, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), ficando conhecido como “*Relatório Brundtland*”, que definiu o termo como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, p.46). O Relatório foi responsável pelo aprimoramento do conceito — já utilizado no meio científico e acadêmico desde a conferência de Estocolmo em 1972, e até antes —, e também por dar-lhe força política (COSTA, 2008). E foi através do *Relatório Brundtland*, que a expressão e o conceito de “desenvolvimento sustentável” ganhou destaque perante à comunidade internacional.

Manter o desenvolvimento econômico mundial de forma mais cuidadosa em relação aos recursos naturais fez convergir os interesses de um mundo estruturado em torno das forças produtivas capitalistas, e, portanto comprometido com a ideia de desenvolvimento, porém, a partir daquele momento, preocupado com o meio ambiente. Para Escobar:

[...] o discurso do desenvolvimento sustentável propõe a reconciliação de dois antigos inimigos — o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente — sem ajustes significativos nos sistemas de mercado. A reconciliação resultado de operações discursivas complexas envolvendo o capital, representações da natureza, gestão e ciência. No discurso do desenvolvimento sustentável, a natureza é reinventada como meio ambiente para que o capital, não a natureza ou a cultura, possam ser sustentados (ESCOBAR, 1996, p.49)

Leite & Tello (2010) afirmam que é necessário aprofundar o conhecimento sobre os impactos da atuação do homem nos meios em que estão inseridos, com ênfase nas cadeias produtivas, nas cidades e no ambiente natural, direcionando o modo pelo qual as questões decorrentes devem ser tratadas. No contexto do desenvolvimento urbano sustentável, procura-se realizar esse aprofundamento avaliando a realidade sob a ótica das cidades, levando em consideração a finitude de recursos, buscando utilizá-los da forma mais eficiente possível, para alcançar os objetivos da sociedade.

Em um contexto global, Leite (2012) destaca a importância de se observar os três pilares da sustentabilidade: ambientais, econômicos e sociais.

A sustentabilidade econômica, segundo Van Bellen (2006), abrange alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada. Dessa forma, esse pilar reconhece que o crescimento das cidades, originado do incremento populacional, é a principal causa de degradação do meio ambiente. Por isso, propõe uma nova organização da população, controlando seu crescimento; considera também, imprescindível a redução da pobreza, seja mudando hábitos de vida, ou padrões de consumo; sendo necessária a aplicação de políticas públicas e maior participação por parte da sociedade.

A sustentabilidade social busca garantir que todas as pessoas tenham condições igualitárias, acesso a bens e a serviços de qualidade, necessários para uma vida digna, que dê ênfase no desenvolvimento como liberdade. Nessa dimensão, pretende-se ainda que esse desenvolvimento seja visto como forma de expansão de liberdades substantivas. Para que isso seja alcançado, “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18).

A sustentabilidade ambiental diz respeito à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que resulta na capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas, que são constantemente ameaçados pela interferência do homem no ambiente. Enríquez (2010) ressalta que o bem-estar humano é resultante dos serviços ambientais produzidos pelo capital natural (biosfera) e pelos bens e serviços gerados pela economia. Em outras palavras, essa vertente defende que a questão ambiental deverá ser combinada com o lado social, e que para ser sustentável é necessário abrir mão de certas regalias, mudarem o estilo de vida em prol da conservação do meio ambiente e do bem-estar das gerações futuras.

Um ambiente urbano sustentável, envolve questões como, moradia digna, infraestrutura e recursos compatíveis com a demanda, transporte público seguro, preservação e conservação dos espaços, capacidade de reação a alterações climáticas, e principalmente uma gestão transparente e participativa. O ODS 11, surge como um instrumento de apoio para tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

2.2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

No ano de 2015, representantes de Estado e líderes mundiais se reuniram na sede da ONU, visando estabelecer uma proposta ambiciosa chamada de Agenda 2030.

O ano de 2015 apresentou uma oportunidade histórica e sem precedentes para reunir os países e a população global e decidir sobre novos caminhos, melhorando a vida das pessoas em todos os lugares. Essas decisões determinarão o curso global de ação para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas. (NAÇÕES UNIDAS, 2015.)

As metas e ações estabelecidas no âmbito da Agenda, precisam ser alcançadas por todos os países individualmente e coletivamente até 2030. Supondo que tais ações se concretizem, terão sido resolvidos os maiores problemas do século XXI, tais como: a pobreza extrema, fome e os efeitos danosos das mudanças climáticas; o que justifica a relevância deste projeto.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, surgem como o resultado de um conjunto de experiências, debates e negociações. Eles integram a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, criada em 2015 para dar seguimento aos Objetivos do Milênio (ODM). Tal agenda é composta por 17 objetivos (Figura 1) e um total de 169 metas, que constituem um conjunto integrado e indivisível de prioridades globais que irão nortear os países membros rumo ao desenvolvimento sustentável durante o período 2016-2030, tais como: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, entre outros (PNUD, 2015).

Figura 1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2017).

Esses objetivos trouxeram desafios, e mesmo que alguns deles sejam alcançados, a sociedade é convidada a se mobilizar e enfrentar novos desafios nos próximos anos. Neste aspecto, as cidades exercem um papel importante, uma vez que a implementação das metas ocorre em escala local e, portanto, é imprescindível assegurar o diálogo com o poder público e as sociedades civis locais para atingi-las. (ONU, 2016).

Este trabalho abordará o ODS 11, que Gomes e Ferreira (2018) destacam em seus estudos:

[...]

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis: propõe garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas; pretende proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a

preço acessível para todos de modo a aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, reduzindo o impacto ambiental negativo per capita das cidades, e ainda, visa proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros adequados às relações econômicas, ambientais e sociais.
[...]

Dessa forma, o ODS 11, visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Diretamente ligado a uma grande parcela dos ODS, ele relaciona, a partir de uma perspectiva integrada, o desenvolvimento urbano e a necessidade de urbanizar assentamentos precários e favelas, com o intuito de possibilitar melhores condições de vida para a população.

As metas do ODS 11 (Figura 2) tratam de aspectos relacionados a urbanização, como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, bem como planejamento e aumento de resiliência dos assentamentos humanos.

Figura 2. Metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11)

OBJETIVO 11: TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS.	
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
11.A	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
11.B	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
11.C	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Fonte: Elaboração própria com base em UN HABITAT, 2015

Um grande desafio é estabelecer quem são os agentes promotores da transformação implícita no ODS 11. O fenômeno urbano apresenta natureza preponderantemente local. Um bom planejamento e a gestão urbana não podem prescindir de detalhado conhecimento da realidade local, inclusive no nível do bairro. Daí a necessidade e o tamanho do papel da participação social no planejamento e na implementação das ações do ODS 11. Como se destaca em algumas metas e em alguns indicadores neste ODS, a participação social no planejamento urbano tem papel fundamental no desenvolvimento de cidades mais justas e inclusivas.

Como instrumento de verificação da aplicabilidade do ODS 11, a seguir será feita uma abordagem a respeito da Consulta Cidades Sustentáveis.

2.3 Consulta Cidades Sustentáveis

A Consulta Cidades Sustentáveis é um estudo que tem o objetivo de medir, por meio de um questionário digital, a percepção da população brasileira sobre o alcance do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11, de Cidades e Comunidades Sustentáveis, em seu município. Trata-se um projeto que nasceu em 2018, através de uma parceria firmada entre o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) e Colab.

O ONU-HABITAT é responsável pela coordenação da implementação do programa de assentamentos humanos no âmbito do sistema das Nações Unidas. Sua missão é "promover o desenvolvimento de assentamentos humanos social e ambientalmente sustentáveis e prover moradia adequada para todos". O Colab é uma startup brasileira que conecta cidadão a governo, para dar mais voz ao cidadão e permitir que o governo pratique uma gestão mais compartilhada e eficiente.

A primeira edição da consulta aconteceu entre 2018 e o início de 2019, e a segunda edição aconteceu entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020. Trata-se de uma iniciativa que pretende ser realizada anualmente, até 2030, medindo a percepção dos cidadãos brasileiros sobre o alcance do ODS 11 em seus municípios. Os cidadãos eram questionados, através de 30 perguntas, em temas como mobilidade, habitação, participação social e resiliência. A primeira edição contou com a participação de 9606 cidadãos, enquanto que a segunda contou com 10.885 participantes.

Para reunir aspectos importantes do discurso do cidadão sobre os diferentes temas que envolvem uma cidade, ONU-Habitat e Colab fizeram uso de mecanismos de inovação – como o aplicativo digital - que possibilitam um maior alcance, uma agilidade na coleta de dados e, por fim, um retrato mais explícito e representativo sobre a percepção cidadã. Os resultados obtidos foram classificados através de diferentes contextos e variantes, como: territorial; por faixa etária; por gênero; e por grau de escolaridade.

Segundo Oliveira (2013), estudos que enfoquem a percepção da população em relação ao meio ambiente, devem servir como um instrumento para a administração municipal utilizar no planejamento e gestão, atendendo a população por meio de políticas públicas, estabelecendo programas de melhoria. Além de possibilitar a participação da comunidade no desenvolvimento e planejamento regional, criando um vínculo entre os habitantes e a questão ambiental.

Na seção a seguir, serão abordados os procedimentos adotados para a realização do estudo na cidade de Sousa-PB.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se classifica como exploratória e descritiva, e os dados foram coletados utilizando-se do método *survey*, com a aplicação de um questionário de percepção social relacionada ao desenvolvimento da cidade que foi disponibilizado na plataforma *Formulários Google*. O período de aplicação foi de 30 dias, compreendido entre os meses de março e abril do ano de 2021.

Para o atendimento do objetivo desse estudo, foram realizadas adaptações no instrumento utilizado na Consulta Cidades Sustentáveis (2020), realizando a substituição do termo “Na cidade em que vivo” por “Na cidade de Sousa-PB”, em todas as questões.

O instrumento foi dividido em 12 eixos temáticos, que envolve as dez metas do ODS 11, transparência e prestação de contas, distribuído em, 30 questões objetivas.

Os respondentes podem escolher apenas uma das respostas para cada pergunta, que em sua maioria é utilizada a *Escala Likert*, indicando seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida (BACKER, 2005). Cada alternativa de resposta possui um valor associado, de 1 a 5, em que quanto mais próximo de 1, mais negativa é a percepção acerca dos avanços do município no tema perguntando, e valores maiores representam percepções positivas.

A cidade de Sousa-PB, possui uma estimativa de 69.723 habitantes, conforme informações disponibilizadas pelo IBGE (2020). Assim, definindo-se uma amostra com 95% de confiança, conforme equação abaixo, a quantidade mínima de respondentes deveria ser de 383. Com isso, o link do instrumento de coleta foi enviado via correspondência eletrônica para pessoas residentes no município de Sousa-PB, resultando em um retorno de 389 questionários.

$$n = \frac{N \times Z^2 \times p \times (1 - p)}{(N - 1) * e^2 + Z^2 * p * (1 - p)} \quad (1)$$

Na equação 1, n o tamanho da amostra a ser calculada, N representa o universo considerado, Z o nível de confiança, e a margem de erro máximo considerado e p a proporção que foi considerada.

No que se refere à análise dos resultados, seguiu-se a mesma metodologia aplicada na Consulta Cidades Sustentáveis (2020). Os dados obtidos foram tratados com uma abordagem mista, sendo avaliados de forma qualitativa, com uso de técnicas quantitativas para organizar e apresentar os resultados.

Para obter o valor da percepção de determinado eixo, para um cidadão de forma individual, é calculada a média aritmética dos valores que foram associados às alternativas de resposta para todas as perguntas relacionadas ao eixo, conforme a equação a seguir:

$$Eixo(x) = \frac{\sum_{i=1}^n resposta(i)}{n} \quad (2)$$

Na equação 2, $eixo(x)$ é o valor da percepção relacionada ao eixo de nome x , $resposta(i)$ é o valor (de 1 a 5) associado à resposta da pergunta de índice i , e n é o número de perguntas do eixo.

Para obter o valor da percepção de determinado eixo, para a cidade, calcula-se a média aritmética dos valores que foram obtidos para os cidadãos de maneira individual, de acordo com a Equação 3:

$$Eixo(x, y) = \frac{\sum_{j=1}^m eixo(x)_j}{m} \quad (3)$$

Na equação 3, $eixo(x, y)$ é o valor da percepção associada ao eixo de nome x e a cidade y , $eixo(x)_j$ é o valor daquele eixo associado à participação do cidadão de índice j e m refere-se à amostra total consultada.

É importante destacar que, nem sempre as respostas possuem o mesmo valor, podendo variar de acordo com o sentido da questão associada. “Concordo fortemente” pode valer 5, como no caso da afirmativa "O acesso a transportes públicos seguros, a preço justo, acessíveis

e sustentáveis na cidade de Sousa -PB está melhorando nos últimos dois anos." - e também pode valer 1 - como a afirmativa "O nível de poluição do ar na cidade de Sousa-PB está aumentando nos últimos dois anos."

Outro caso que vale ressaltar, é o das perguntas com respostas “Sim” ou “Não”, que podem, inclusive, desconsiderar a percepção do cidadão para as demais perguntas relacionadas ao eixo em questão. Para cada eixo que se inicia com uma pergunta desse tipo, analisou-se individualmente caso a caso, buscando definir um valor que refletisse ao máximo a percepção do cidadão, mesmo nos casos em que ele acaba por “pular” as demais perguntas daquele eixo.

A seguir, é feito um detalhamento da forma que foram calculados os valores referentes às perguntas de cada eixo, no qual este método foi utilizado.

Na questão 6 (Eixo Urbanização Inclusiva e Sustentável), o participante que responde “Não”, tem pontuação 2 atribuída à própria pergunta e às demais do referido eixo. Na questão 10 (Eixo Resiliência a Catástrofes), o cidadão que responde “Sim”, tem pontuação 5 atribuída e as percepções dos próximos quesitos do eixo, são analisadas sem particularidades, porém, caso responda “Não”, a percepção referente ao eixo é desconsiderada para o cálculo da percepção geral da cidade. Já para as questões 21 (Adaptação a Mudanças Climáticas), 24 (Eixo Prestação de Contas) e 27 (Eixo Transparência), o cidadão que responde “Não”, têm pontuação 1 atribuída à própria questão e às demais do referido eixo.

Na seção a seguir, apresenta-se os resultados obtidos, que envolvem a percepção geral dos respondentes a respeito dos aspectos analisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A consulta realizada na cidade de Sousa-PB, buscou avaliar a percepção dos residentes sobre o alcance do ODS 11 no município em que vivem. Logo, os resultados exibem um instrumento capaz de fazer com que a gestão municipal possa reavaliar suas políticas, formas de atuação, e também, a comunicação pública que é estabelecida através das suas iniciativas.

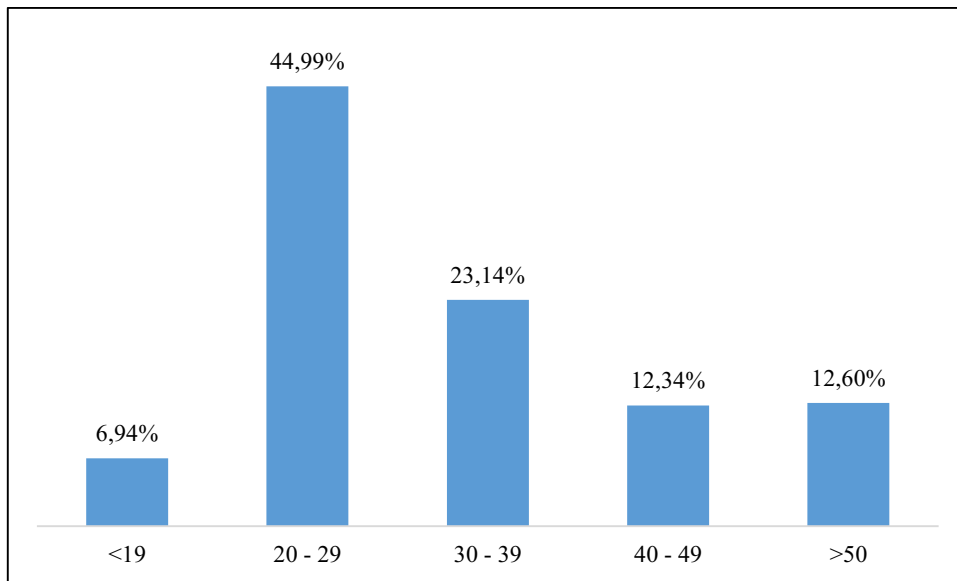
Os resultados podem ser utilizados para analisar os aspectos que obtiveram destaque, elaborar políticas públicas que possam atender as necessidades evidenciadas, bem como estabelecer comparações entre a percepção geral do Brasil e as percepções obtidas dos municípios que na “Consulta Cidades Sustentáveis (2020)”, foram consideradas as mais expressivas, de acordo com o número de respondentes.

4.1 Perfil dos respondentes

De acordo com os resultados obtidos, a distribuição dos participantes da consulta por gênero configurou 47,30% feminino e 52,70% masculino. Havia a opção de declarar outro gênero, porém, nenhum respondente marcou essa opção. Tais dados evidenciam uma pequena discrepância em relação a distribuição por gênero do eleitorado brasileiro, que corresponde a 52,19% feminino, 47,19% masculino, e 0,02% outro. (TSE, 2021)

A distribuição dos respondentes de acordo com a faixa etária, está disposta na Figura 3.

Figura 3. Distribuição dos respondentes por faixa etária

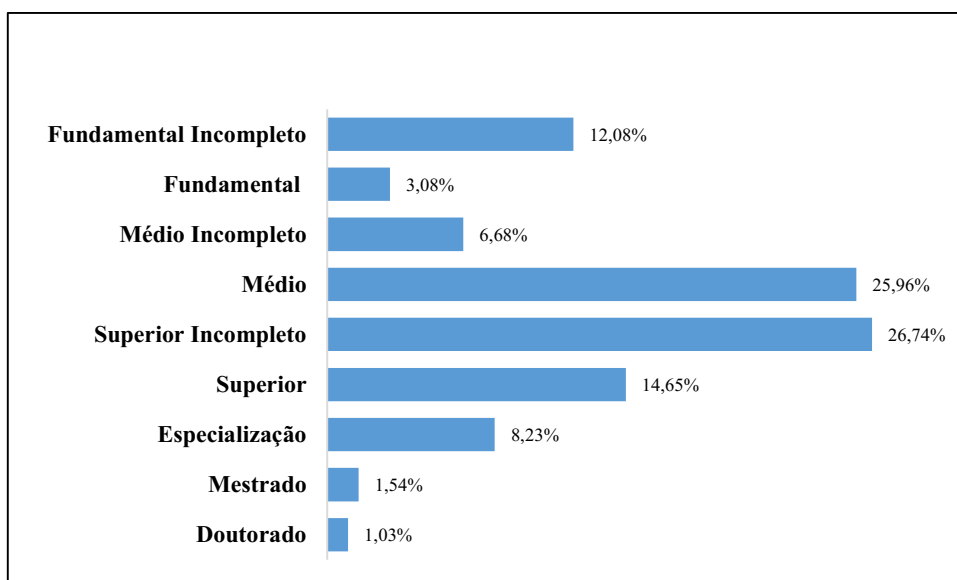


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Conforme ilustrado, a composição total da amostra por faixa etária dos respondentes à consulta, mostra um público diversificado, abrangendo pessoas com idade entre 15 e 84 anos.

Os participantes também foram distribuídos de acordo com o nível de escolaridade, conforme exibido na Figura 4.

Figura 4. Distribuição dos respondentes por escolaridade



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

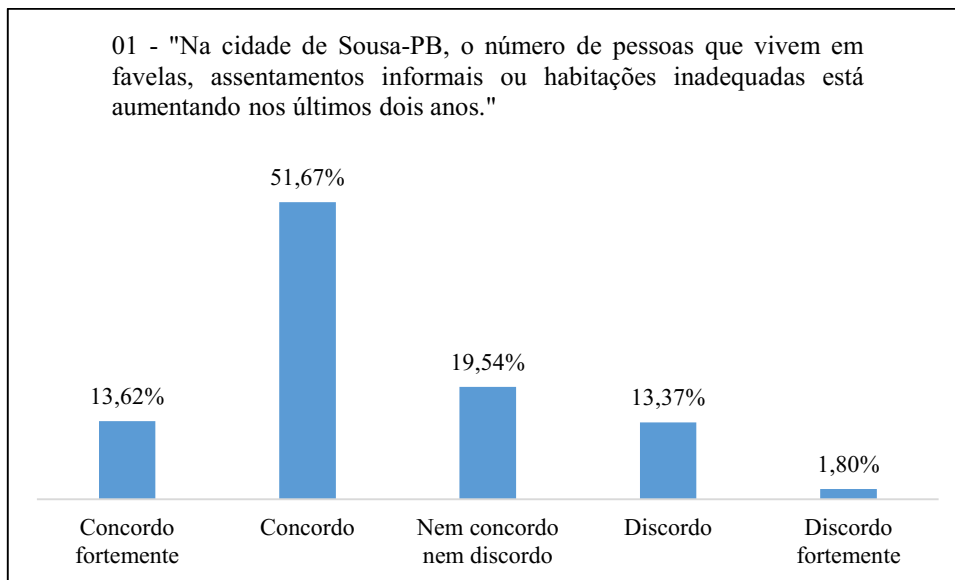
As informações dispostas no gráfico, evidenciam que 47,8% dos respondentes tiveram acesso ao ensino básico, ainda que de forma incompleta, e 52,2% chegou a ter contato com o ensino superior, sendo que destes, 25,46% conseguiram concluí-lo. Estes percentuais indicam que a amostra coletada apresenta equilíbrio quanto ao acesso à educação básica e superior.

4.2 Resultados da Consulta

A consulta aplicada na cidade de Sousa-PB abrange 30 perguntas, envolvendo temas como transporte, inclusão, serviços básicos e transparência. Os gráficos a seguir exibem as percepções gerais dos participantes perante os eixos abordados.

A questão 1 (Figura 5), busca descobrir se a ocupação de locais inapropriados para habitar está crescendo, na percepção dos participantes.

Figura 5. Questão 1. Eixo Habitação e Serviços Básicos

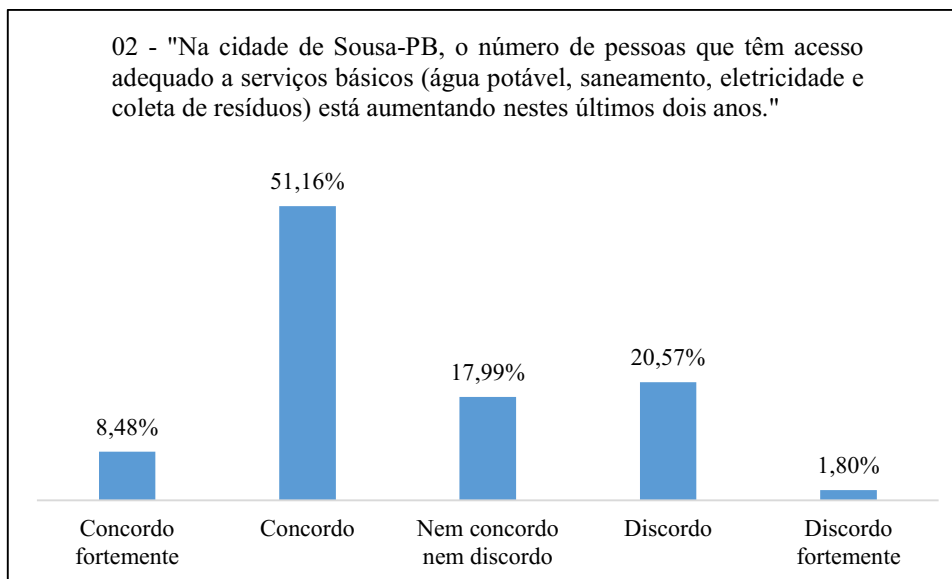


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Neste quesito, 65,29% dos respondentes concordam em algum grau que os espaços inadequados para viver na cidade de Sousa-PB, estão crescendo, enquanto que 15,17% tem opinião contrária à afirmativa.

A questão 2 (Figura 6), está relacionada com a percepção de melhoria nos serviços básicos ofertados no município.

Figura 6. Questão 2. Eixo Habitação e Serviços Básicos

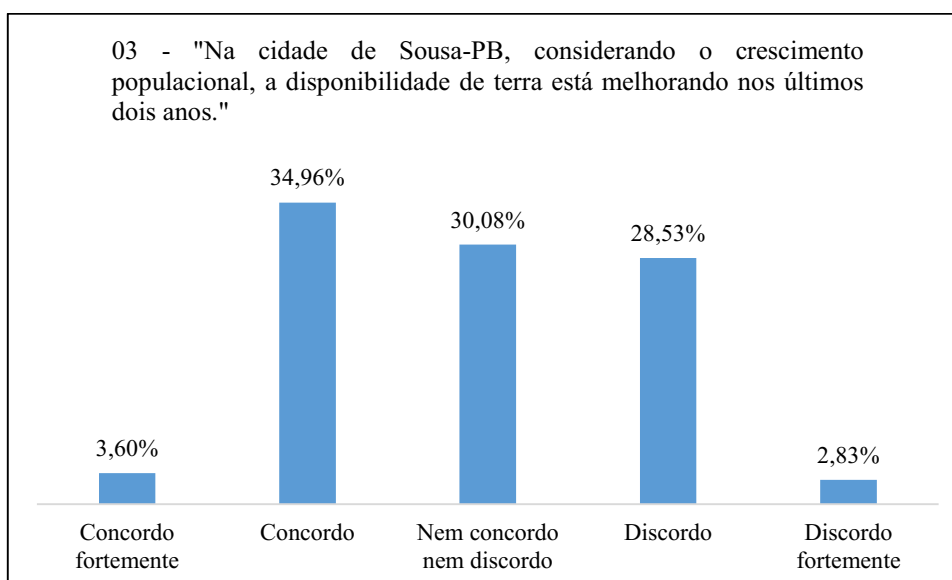


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

As informações contidas no gráfico mostram que 59,64% dos participantes compreendem que o número de pessoas que tem acesso a esses serviços vêm aumentando, ao passo que 22,37% discordam essa afirmativa.

A questão 3 (Figura 7), coleta percepções no que diz respeito a melhoria na disponibilidade de terra.

Figura 7. Questão 3. Eixo Urbanização Inclusiva e Sustentável

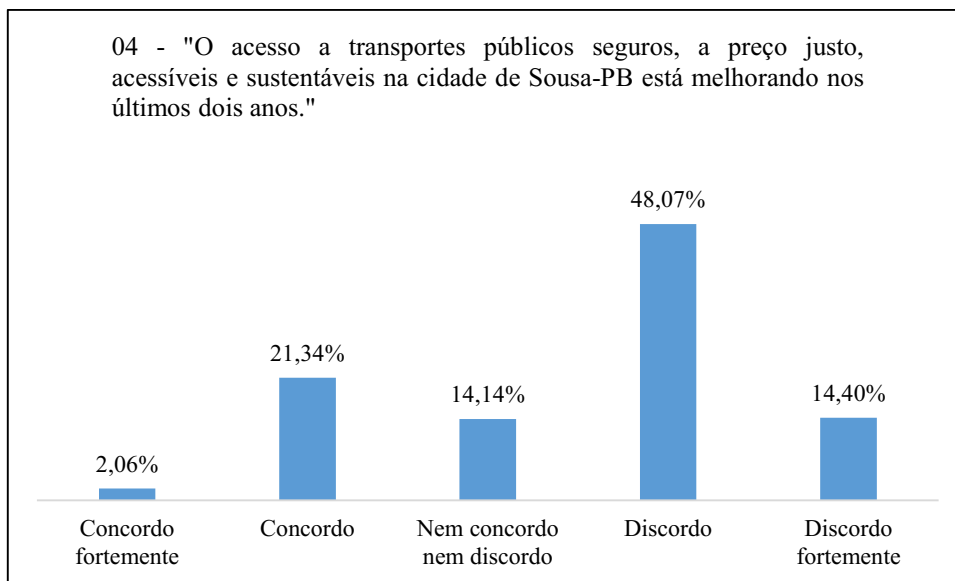


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Quanto às informações disponíveis no gráfico, é possível constatar que houve um certo equilíbrio no nível de concordância, já que 38,56% concordam com a afirmação, 30,08% não possuem opinião formada sobre a temática e 31,36% dos respondentes discordam da assertiva.

A questão 4 (Figura 8), trata do acesso a transportes públicos.

Figura 8. Questão 4. Eixo Acesso a Transporte



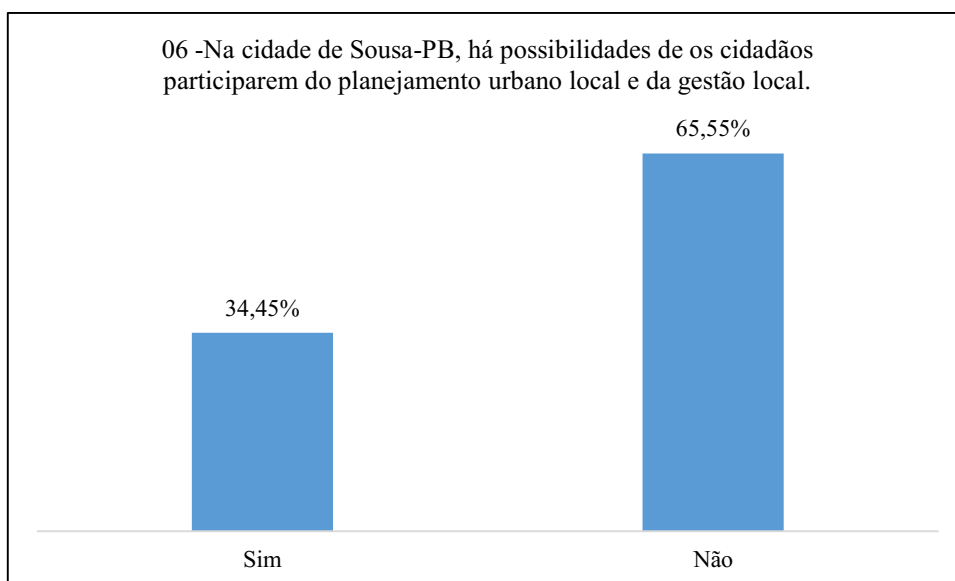
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Os dados contidos no gráfico mostram que 62,47% dos participantes corroboram com a percepção de que o acesso transportes públicos com preço justo, acessíveis e sustentáveis têm diminuído. Já 23,40% concordam com a afirmação proposta no quesito.

De acordo com o Art. 132, § 6º, da Lei Orgânica Municipal, os serviços de transporte público da cidade de Sousa-PB devem oferecer segurança, prioridade a pedestres e usuários do serviço, tarifa social e proteção ambiental. (Sousa (PB), 2005). Neste sentido, os respondentes percebem que os benefícios previstos em lei não têm sido contemplados na cidade de Sousa – PB.

A questão 6 (Figura 9), refere-se a oportunidade de participação no planejamento municipal.

Figura 9. Questão 6. Eixo Urbanização Inclusiva e Sustentável

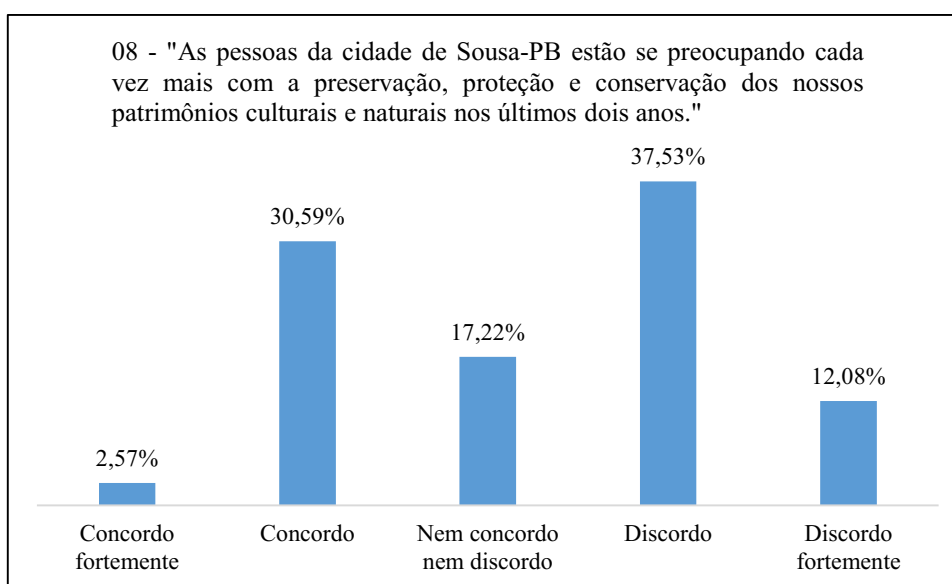


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

As percepções obtidas, destacam que a maioria dos respondentes afirmam que a gestão municipal não oferece possibilidades para os cidadãos realizarem intervenções participativas, ou a parcela que desfruta desta oportunidade é um tanto restrita. De acordo com Accetta, Silva e Zotes (2006), a participação popular nos diversos níveis de decisão governamental contribui para que hajam melhorias nas decisões tomadas pela Administração Pública. As pessoas ao participar sugerem, fiscalizam e cobram continuidade nas ações. Isso faz com que o agente público direcione esforços no trato da coisa pública, na elaboração das políticas sociais, na alocação e aplicação dos recursos.

Na questão 8 (Figura 10), é feita uma abordagem da percepção a respeito da preservação dos patrimônios da cidade por parte dos cidadãos.

Figura 10. Questão 8. Eixo Proteção dos Patrimônios

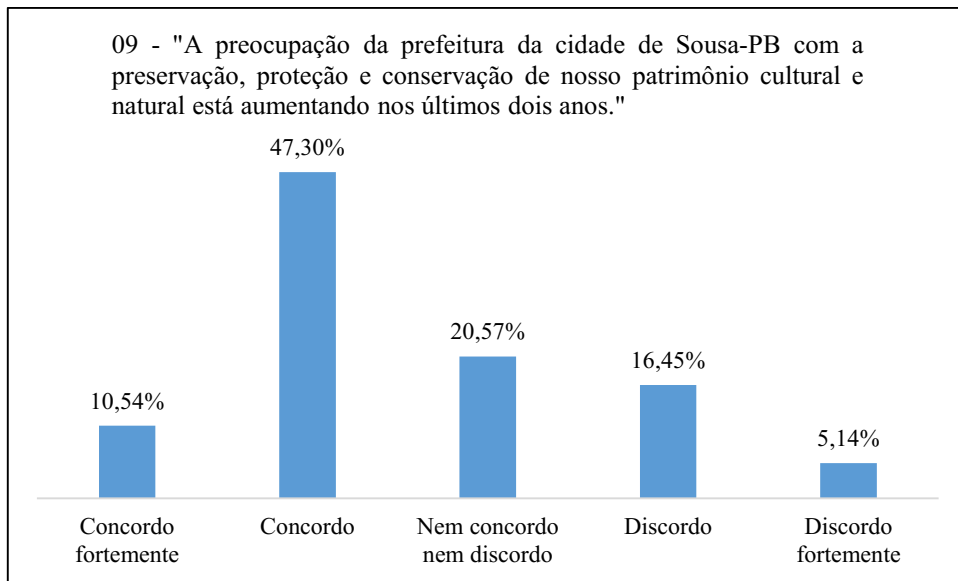


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Considerando as informações a respeito do nível de concordância dos respondentes, percebe-se opiniões divididas, porém, o nível de discordância à afirmativa atinge 49,61%, enquanto que 33,16% concordam.

A questão 9 (Figura 11), transfere o foco da preservação dos patrimônios para a gestão municipal.

Figura 11. Questão 9. Eixo Proteção dos Patrimônios



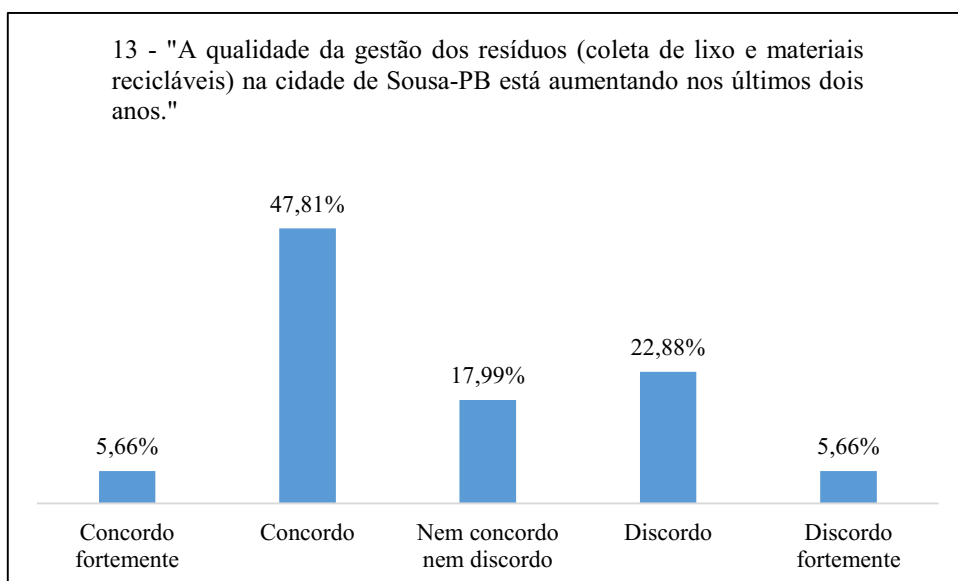
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Ao contrário da percepção obtida no quesito anterior, os cidadãos reconhecem que a prefeitura tem preocupação na preservação dos patrimônios naturais e culturais da cidade, com um percentual de 57,84%, enquanto que 21,59% discordam da assertiva.

No Eixo Resiliência a Catástrofes, os participantes, de forma quase unânime corroboram com a percepção de que a cidade não foi atingida por um desastre natural nos últimos dois anos. Além disso, os respondentes que afirmaram ter ocorrido desastre na cidade, percebem que tanto a quantidade de pessoas que têm sido afetadas negativamente quanto as perdas econômicas resultantes de desastres têm aumentado.

A questão 13 (Figura 12), inicia a abordagem a respeito do impacto ambiental das cidades, com foco na obtenção de percepções sobre a gestão de resíduos do município.

Figura 12. Questão 13. Eixo Impacto Ambiental das Cidades

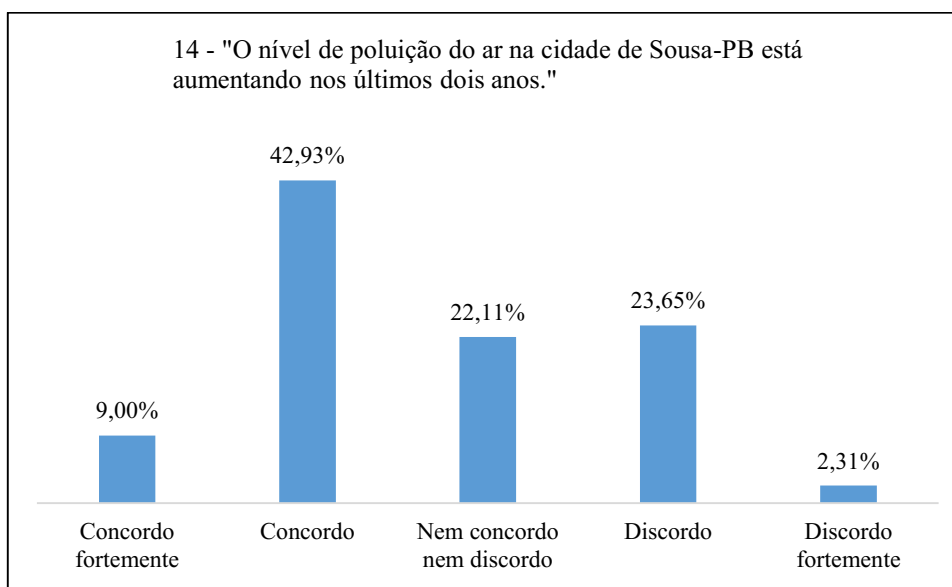


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Representados por 53,47% da amostra, os respondentes concordam que a prestação de serviços de coleta de lixo e materiais recicláveis tem apresentado melhorias nos últimos anos. Porém, as pessoas que discordam em algum grau e que não possuem opinião formada sobre o assunto, representam um percentual de 46,53%.

A questão 14 (Figura 13), dá ênfase na percepção sobre o nível de poluição do ar da cidade.

Figura 13. Questão 14. Eixo Impacto Ambiental das Cidades



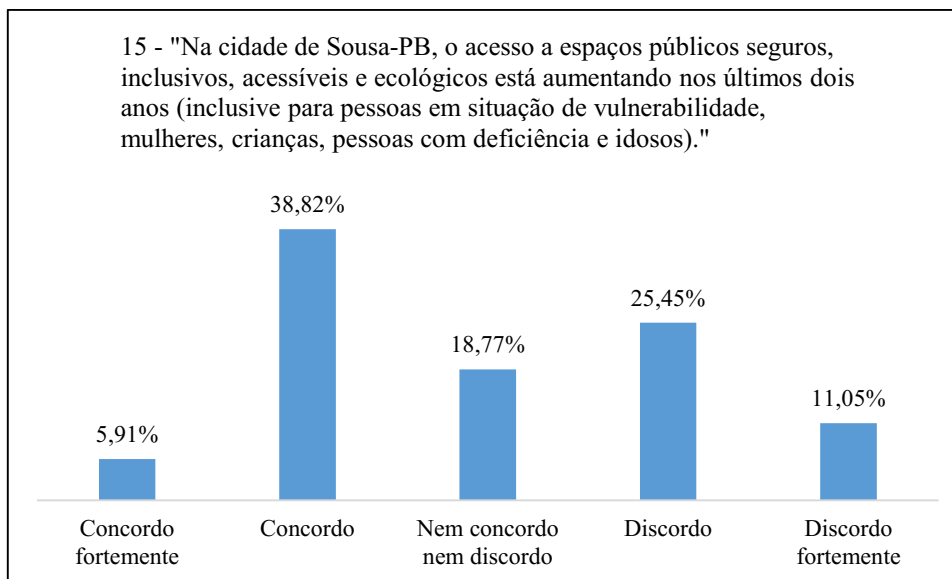
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Considerando as informações contidas no gráfico, percebe-se que 51,93% concordam com a afirmativa, e a percepção dos respondentes que discordam e que não tem opinião formada a respeito da temática, apresenta equilíbrio, com 22,11% e 25,96% respectivamente.

Além de provocarem efeitos na saúde da população, os problemas causados pela poluição do ar também impactam negativamente no que se refere à perspectiva econômica e social. Aumento de custos dos sistemas de saúde, queda da produtividade agrícola, maior vulnerabilidade das populações carentes podem ser citadas como consequências causadas pela contaminação do ar. (Instituto de Energia e Meio Ambiente, 2014).

A questão 15 (Figura 14), busca obter a percepção dos participantes no que diz respeito a espaços públicos que possuam equidade de acesso e ofereçam bem-estar.

Figura 14. Questão 15. Eixo Espaços Públicos

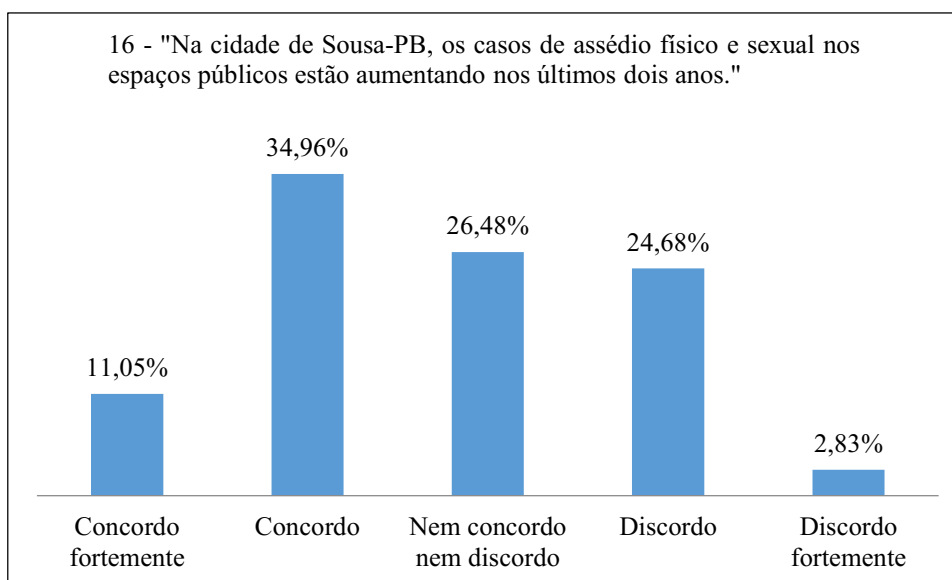


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Percebe-se que existe uma polarização entre as pessoas que concordam em algum grau, somando 44,73%, e as que discordam da afirmativa, que totalizam 36,50%.

Ainda se referindo a espaços públicos, a questão 16 (Figura 15), levanta a percepção a respeito da ocorrência de assédios em tais espaços.

Figura 15. Questão 16. Eixo Espaços Públicos

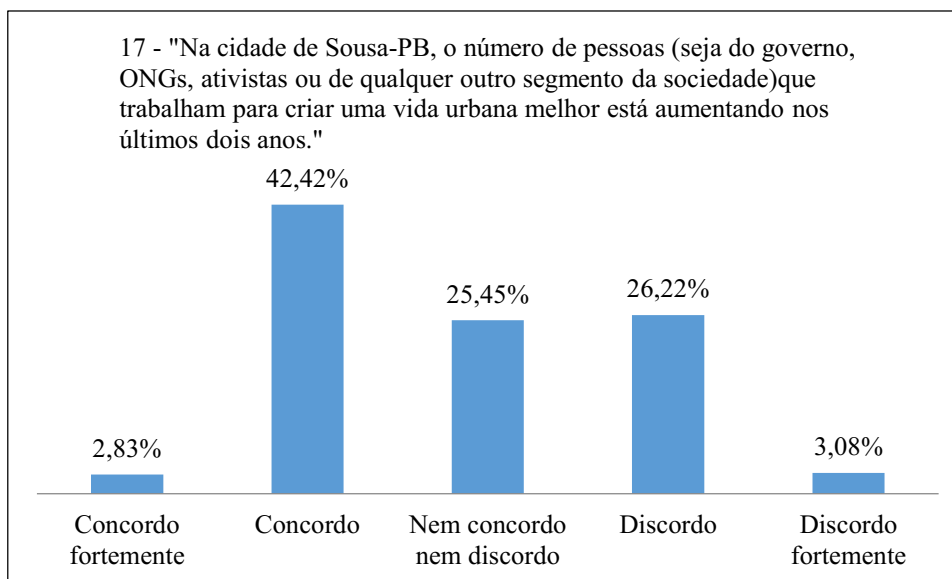


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

As informações inseridas no gráfico, evidenciam que 46,01% dos participantes concordam em algum grau que tem acontecido um aumento no número de casos de assédio físico e sexual nos espaços públicos, e notou-se que existe um equilíbrio entre as pessoas que discordam em algum nível da afirmativa e as que não possuem uma opinião formada, com 27,51% e 24,68% respectivamente.

A questão 17 (Figura 16), levanta percepções relacionadas ao papel que determinados segmentos da sociedade exercem na construção de uma vida urbana melhor.

Figura 16. Questão 17. Eixo Vida Urbana

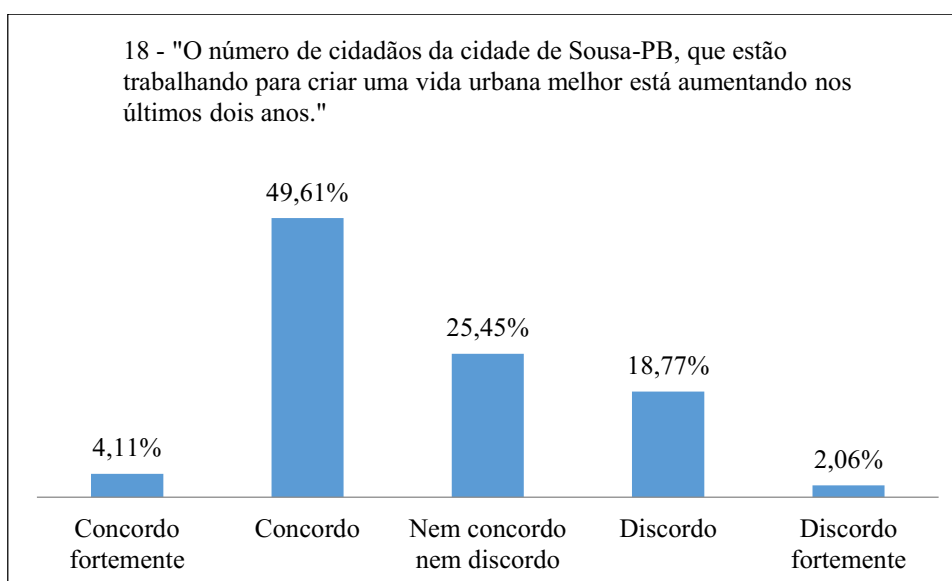


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

De acordo com os dados contidos na imagem, conclui-se que 45,25% dos respondentes acreditam que de modo geral, todos os segmentos da sociedade se empenham em criar uma vida urbana melhor, enquanto que percebeu-se um equilíbrio no que se refere às pessoas que não conseguem fazer qualquer julgamento e às percepções de discordância, com 25,45% e 29,30% respectivamente.

A questão 18 (Figura 17), busca coletar percepções a respeito da construção de uma vida urbana melhor, porém, na ótica do cidadão comum.

Figura 17. Questão 18. Eixo Vida Urbana

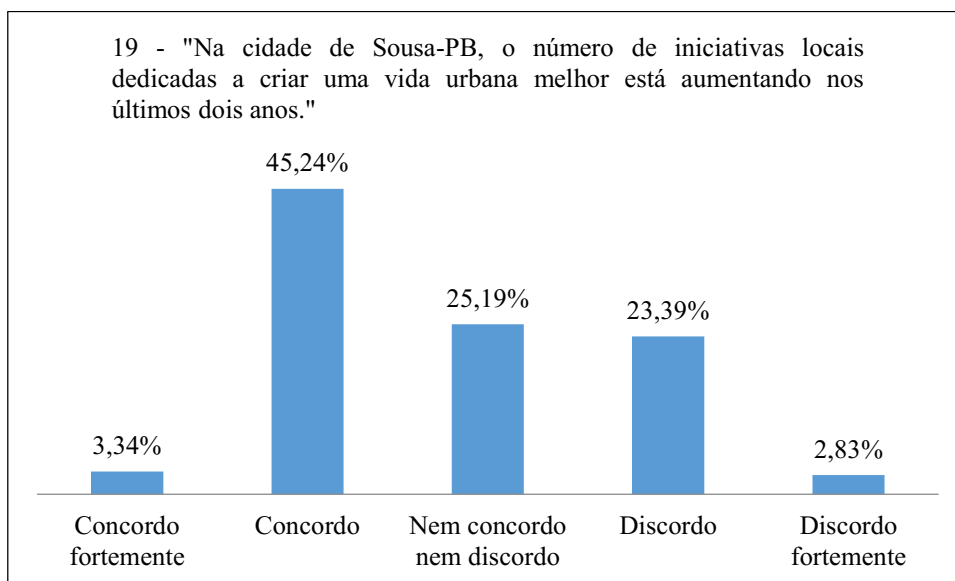


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Neste quesito, percebe-se que de acordo com os percentuais obtidos, se estabelecermos um comparativo com o nível de concordância da questão anterior, conclui-se que os cidadãos comuns, dedicam mais esforços que os demais segmentos da sociedade, em busca de uma vida urbana melhor. Dessa forma, 53,72% dos participantes corroboram com essa percepção, enquanto que 20,83% discordam da afirmativa em questão.

A questão 19 (Figura 18), mantém o levantamento de percepções relacionadas a construção de uma vida urbana melhor, porém investigando na ótica do empresariado local.

Figura 18. Questão 19. Eixo Vida Urbana

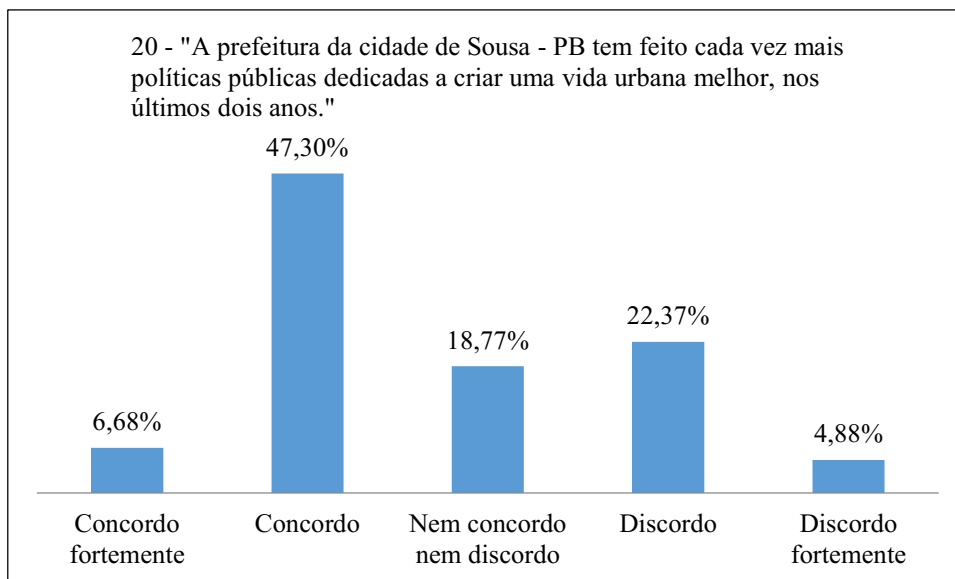


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Neste parâmetro de análise, percebe-se que 48,58% dos envolvidos na consulta concordam que as empresas da cidade, contribuem para que haja uma vida urbana melhor. Porém, registrou-se um equilíbrio nas percepções dos que discordaram em algum nível e os que não possuem um posicionamento formado, totalizando 51,42%.

Ainda se tratando de alternativas que ofereçam melhores condições para a vida urbana, a questão 20 (Figura 19), busca conhecer a percepção dos respondentes quanto à ações executadas pela gestão municipal dedicadas à esse fim.

Figura 19. Questão 20. Eixo Vida Urbana

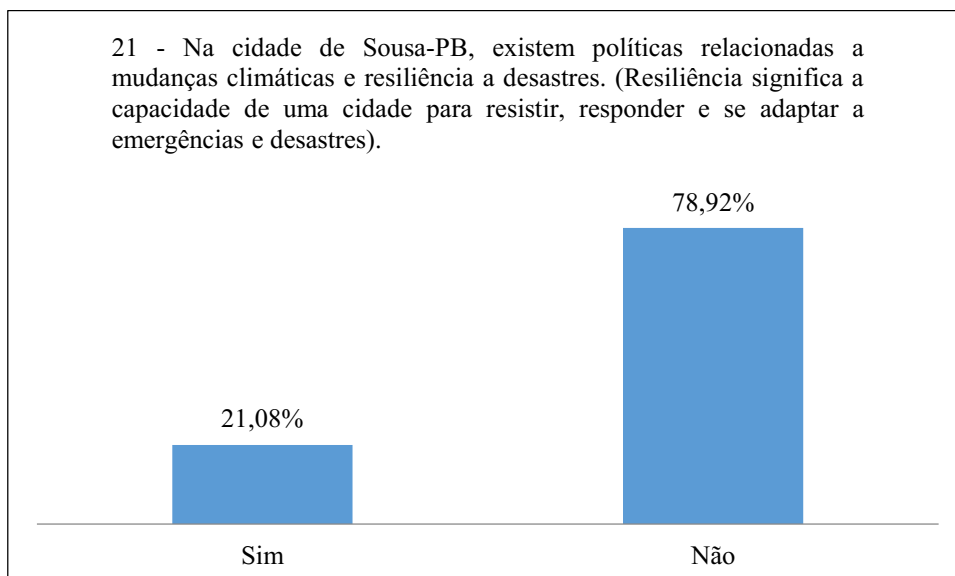


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Os dados mostrados evidenciam que 53,98% dos participantes concordam em algum grau que a prefeitura direciona a atenção para a execução de medidas que contribuem para que haja uma vida urbana melhor, enquanto que 27,25% discordam dessa afirmativa.

A questão 21 (Figura 20), procura coletar o nível de concordância dos respondentes a respeito da existência de políticas, que garantam a capacidade da cidade enfrentar as consequências decorrentes de um desastre natural, caso aconteça.

Figura 24. Questão 20. Eixo Adaptações às Mudanças Climáticas

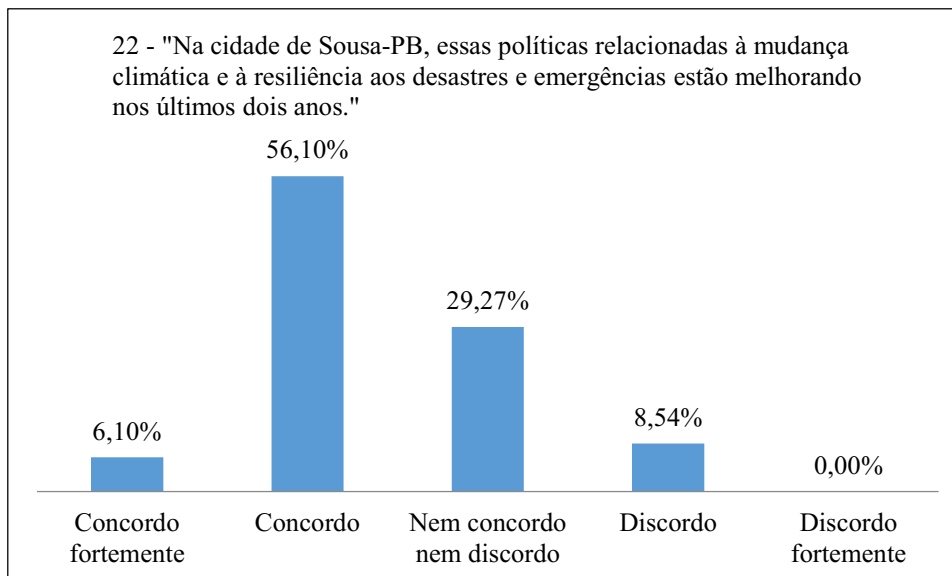


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

De forma quase unânime, os participantes da consulta, discordam da existência de estratégias que garantam à cidade, capacidade de reação de forma emergente diante de um desastre natural.

Para os 21,08% dos participantes que concordaram, na questão 21, com a existência de políticas de enfrentamento a desastre, a questão 22 (Figura 21), busca conhecer a percepção sobre a evolução de tais políticas.

Figura 21. Questão 22. Eixo Adaptações às Mudanças Climáticas

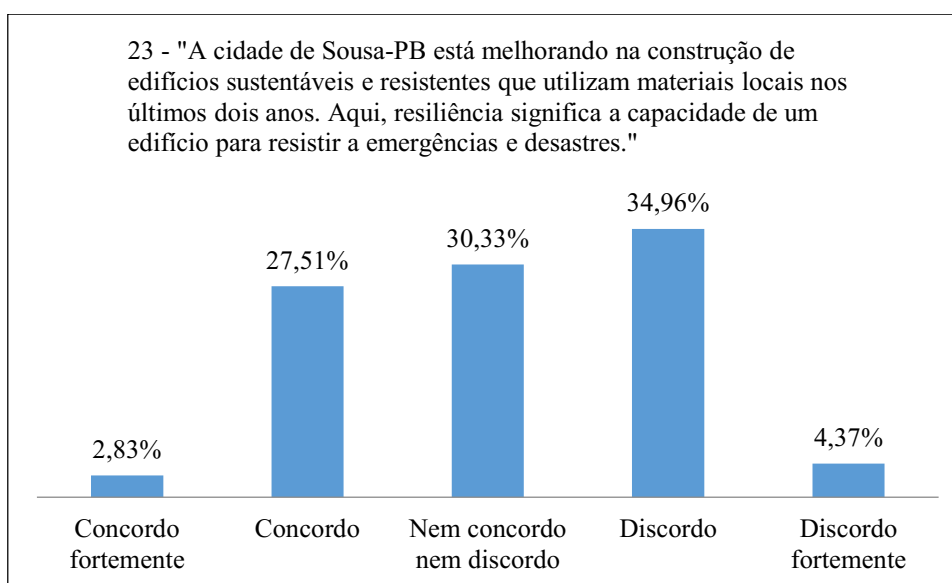


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Percebe-se que 62,20% dos respondentes concordam em algum grau que houveram avanços nas políticas de enfrentamento a desastres naturais, enquanto que o nível de pessoas que não possuem opinião formada, é superior aos que discordam da afirmativa.

A questão 23 (Figura 22), procura captar as percepções dos cidadãos no que se refere à construções que reduzam a geração de resíduos, e possibilitem a utilização eficiente de materiais e bens naturais.

Figura 22. Questão 23. Eixo Construções Sustentáveis e Resilientes

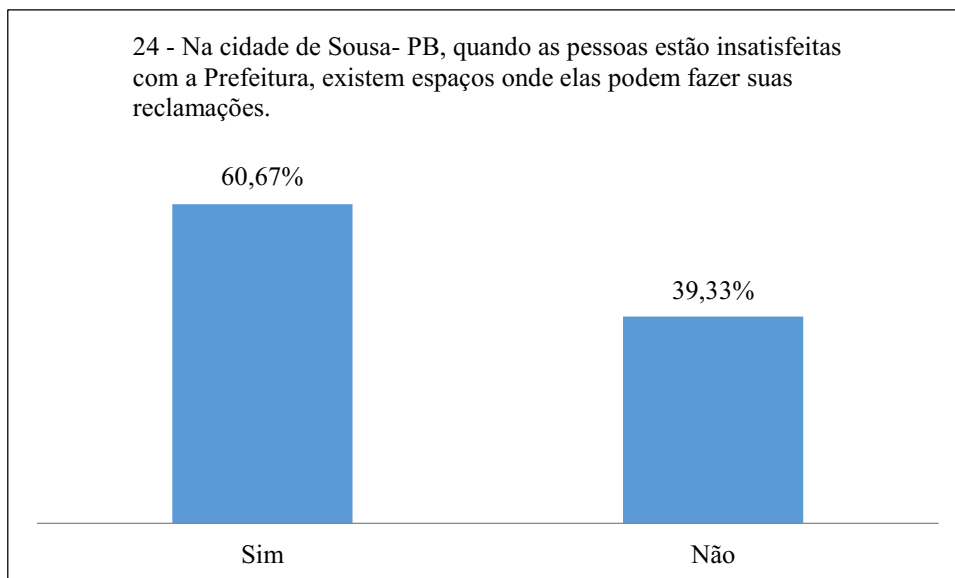


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

De acordo com as informações inseridas no gráfico, observa-se um equilíbrio entre as percepções, onde 30,34% concordam em algum grau com a afirmativa, 30,33% não conseguem opinar, e a discordância totaliza 39,33%, representando uma leve predominância.

A questão 24 (Figura 23), trata da existência de mecanismos que recepcionem os descontentamentos da população perante a gestão municipal.

Figura 23. Questão 24. Eixo Prestação de Contas

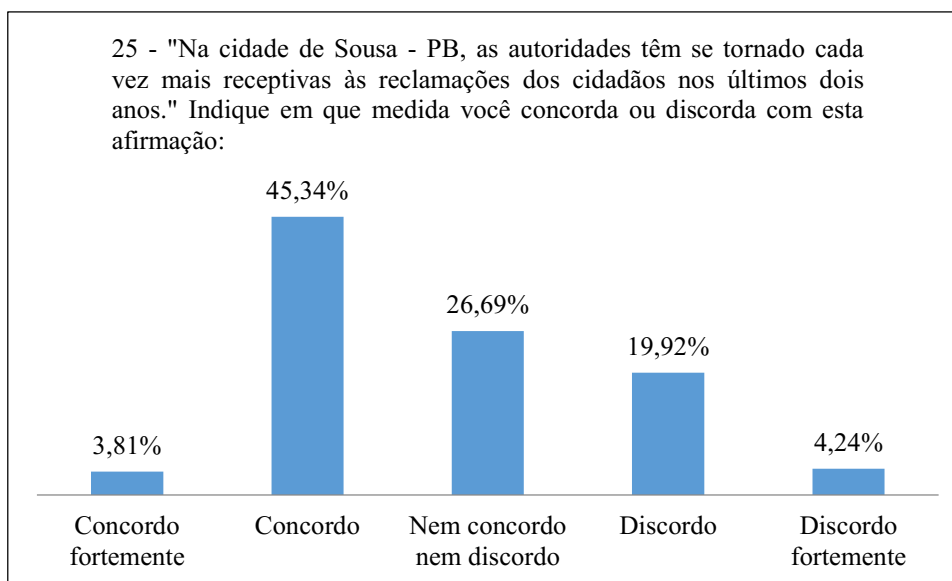


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Os dados mostram que a maioria dos respondentes concordam com a existência de canais para a exposição as insatisfações com o governo municipal.

Na questão 25 (Figura 24), o público que confirmou a existência de meios para registro de reclamações, num percentual de 60,67% de concordância, expuseram suas impressões a respeito dos níveis de receptividade das reivindicações, por parte da gestão municipal.

Figura 24. Questão 25. Eixo Prestação de Contas

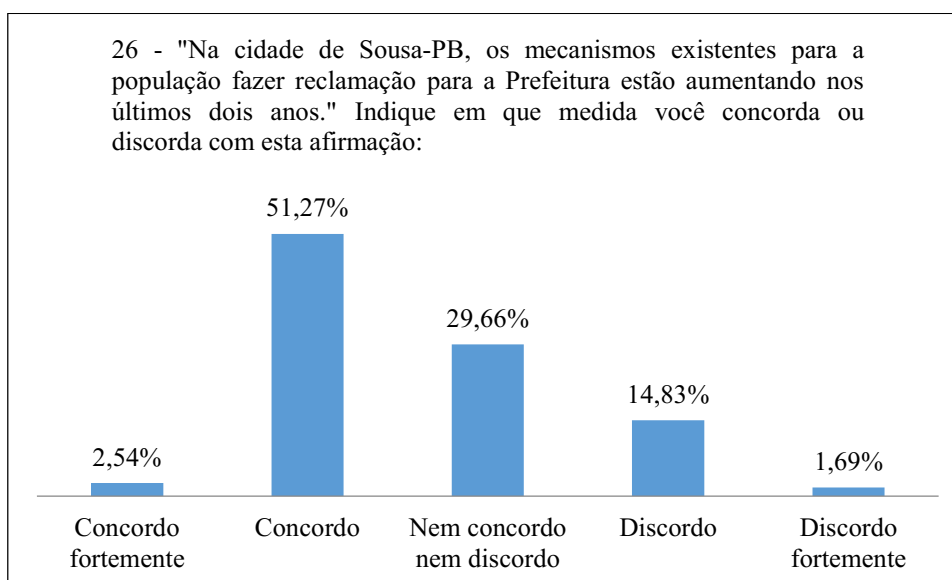


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

De acordo com os dados dispostos no gráfico, os respondentes, num percentual de 49,15%, concordam em algum grau que o índice de recepção das reclamações por parte das autoridades têm aumentado. Porém, uma parcela do público que concorda com a existência dos mecanismos, num percentual de 50,85%, registra um equilíbrio em não possuir opinião formada e discordar da afirmação em questão.

A questão 26 (Figura 25), busca analisar a percepção a respeito da diversidade de canais disponíveis para efetuar reclamações.

Figura 25. Questão 26. Eixo Prestação de Contas



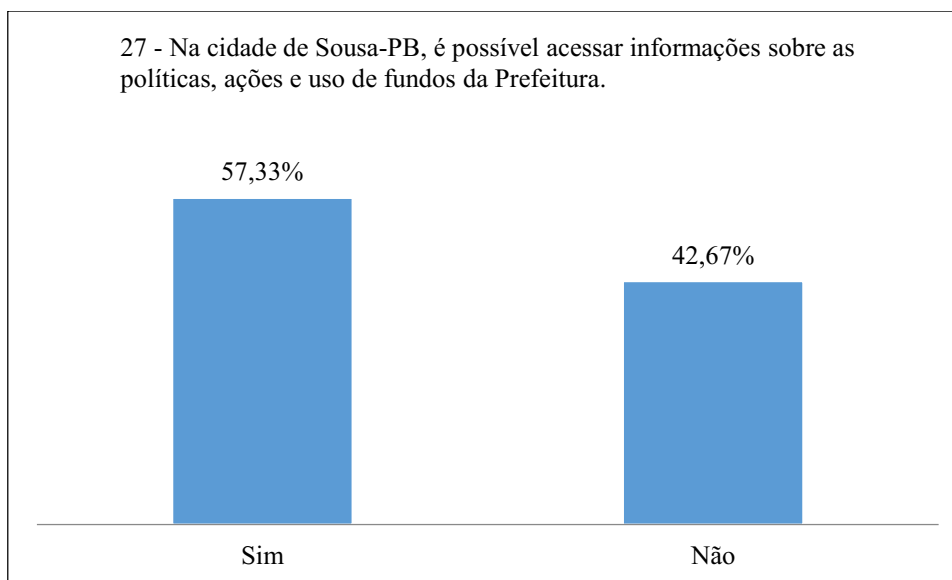
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Percebe-se que 53,81% dos respondentes compactuam da percepção que o leque de opções para que os cidadãos possam expressar as suas insatisfações têm aumentado. Em

contrapartida, as pessoas que não conseguem opinar e discordam da afirmativa, representam um percentual de 46,19%.

A questão 27 (Figura 26), trata da possibilidade de os cidadãos terem acesso a informações relativas às ações da gestão municipal de modo geral.

Figura 26. Questão 27. Eixo Transparência

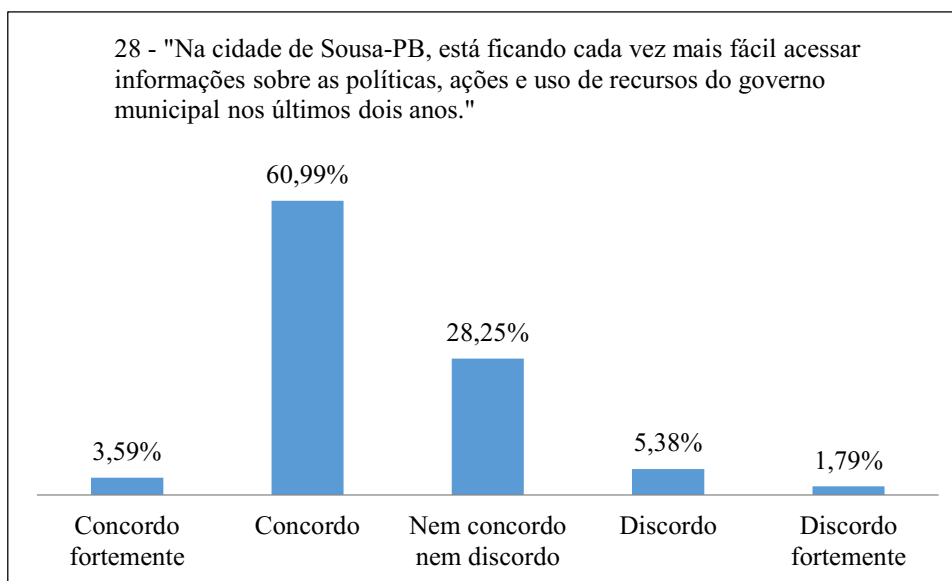


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

De acordo com os dados apresentados, a maioria dos respondentes concordam que é possível acessar informações referentes a aplicação dos recursos municipais, porém o nível de discordância com a afirmativa, se mostrou expressivo.

Na questão 28 (Figura 27), o público que concordou com a possibilidade de acessar informações sobre políticas e ações da gestão, representado por um percentual de 57,33%, forneceu a percepção a respeito da facilidade de acesso a tais informações.

Figura 27. Questão 28. Eixo Transparência

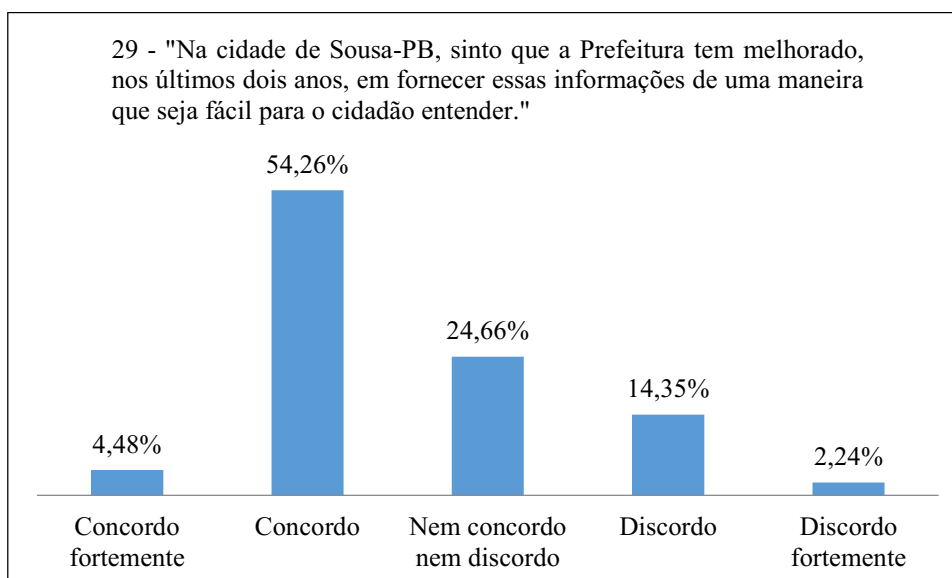


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

De acordo com as informações dispostas no gráfico, 64,58% dos respondentes concordam em algum nível que a facilidade de acesso a informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão do município têm aumentado, enquanto que 7,17% discordam da afirmativa em questão.

Na questão 29 (Figura 28), os respondentes forneceram a impressão a respeito da clareza das informações transmitidas nos canais disponíveis.

Figura 28. Questão 29. Eixo Transparência

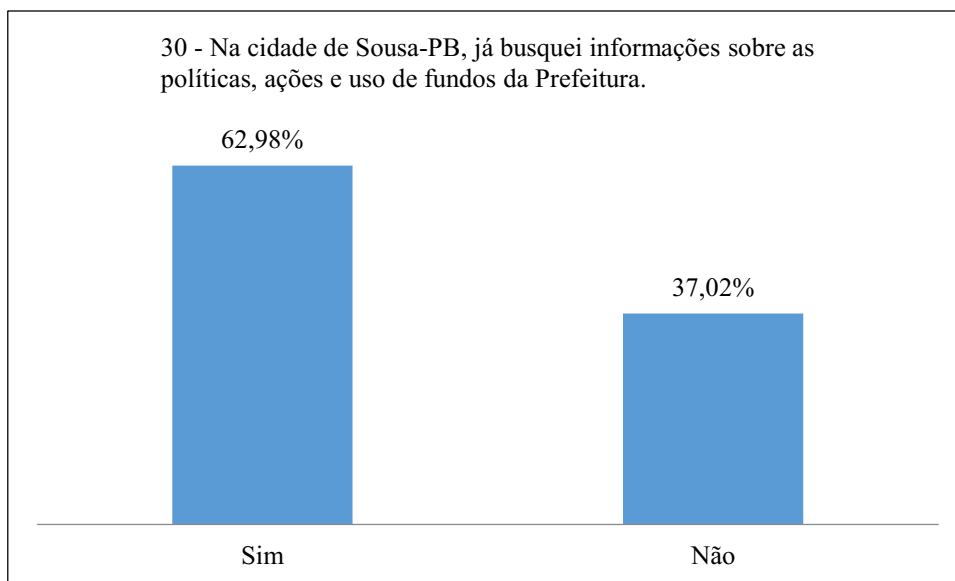


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Conforme os dados apresentados, 58,74% dos participantes concordam em algum grau que as informações transmitidas pela gestão, são dispostas para a população de forma elucidada, enquanto que uma parcela de 16,59% tem opinião contrária.

A questão 30 (Figura 29), coleta percepções dos respondentes a respeito do interesse pessoal em buscar informações sobre ações da gestão municipal.

Figura 29. Questão 30. Eixo Transparência



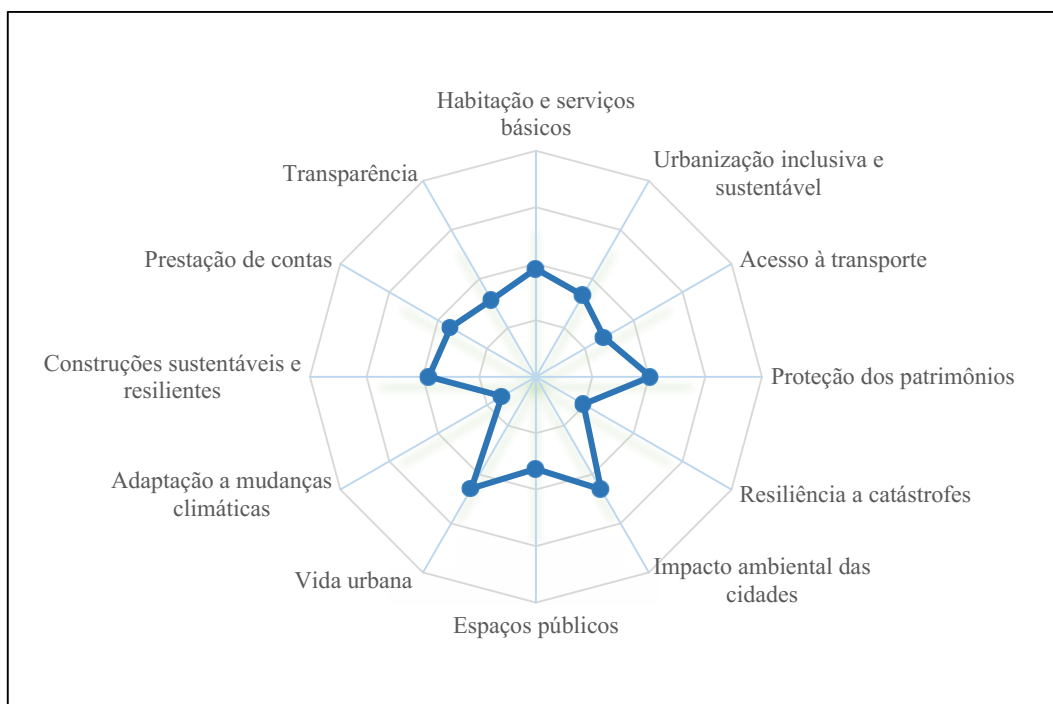
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Os dados evidenciam que a maioria dos participantes buscam informações sobre questões referentes a forma que os recursos são aplicados por parte da gestão municipal.

4.2.1 Percepção Geral dos respondentes à consulta

No que se refere às questões respondidas pelos cidadãos, a Figura 30 representa a percepção geral dos mesmos em relação aos 12 eixos presentes na consulta. Para compreendê-lo, faz-se necessário levar em consideração que quanto mais próximo o ponto azul estiver das extremidades do gráfico, melhor é a percepção que a população tem sobre aquele eixo específico.

Figura 30. Percepção Geral dos Participantes na cidade de Sousa-PB.



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Na percepção dos cidadãos, impacto ambiental das cidades e vida urbana são os eixos que obtiveram maiores pontuações. No que se refere ao Impacto Ambiental das Cidades, 53,47% dos respondentes percebem que os serviços básicos de coleta de lixo tem apresentado melhorias. Já 51,93% apontam que os níveis de poluição do ar apresentam crescimento nos últimos dois anos, embora 48,07% não sabem opinar ou discordam da afirmativa, o que gerou destaque nesse ponto de análise, conforme figuras 11 e 12.

Quanto ao eixo vida urbana, 53,72% dos cidadãos que participaram da consulta concordam que o número de pessoas que trabalham pra criar uma vida urbana melhor, têm aumentado, conforme apresentado na Figura 16. É importante destacar que neste eixo, que engloba 4 perguntas, a população em sua maioria, oferecem percepções de concordância, e afirmam que os esforços direcionados a dedicar uma vida urbana melhor partem principalmente de iniciativas próprias e governamentais.

Já o destaque de menor pontuação foi o eixo de adaptação a mudanças climáticas, no qual 78,92% dos participantes afirmam que na cidade de Sousa-PB não existem ou não conhecem políticas relacionadas a mudanças climáticas e catástrofes. Com base nisso, é possível seguir duas suposições, mas complementares, de investigação: se essas políticas de fato existem a nível municipal; e se há comunicação pública e divulgação sobre as ações feitas pela prefeitura para o combate às mudanças climáticas.

4.3 Comparações com os resultados obtidos para o Brasil e nas cidades mais representativas da Consulta Cidades Sustentáveis

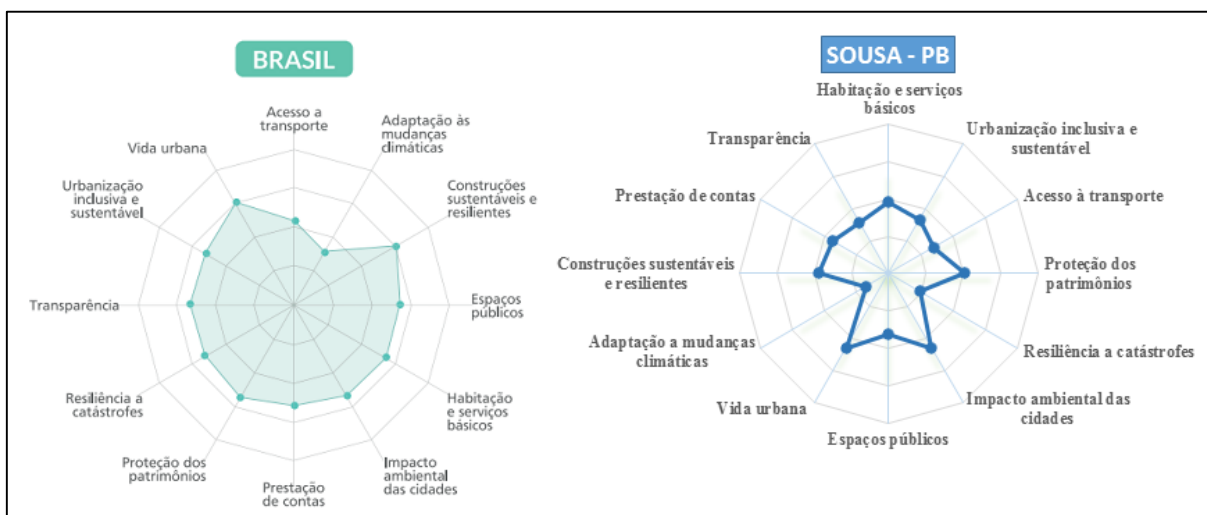
A segunda edição da Consulta Cidades Sustentáveis, realizada no ano de 2020, foi desenvolvida pela ONU – HABITAT, em parceria com a startup Colab, e os resultados obtidos no Brasil destacaram positivamente o Eixo Vida Urbana, enquanto que na cidade de Sousa-PB, o eixo Impacto Ambiental das Cidades apresentou-se como principal destaque, seguido pelo Eixo Vida Urbana. De forma negativa, no Brasil, destacaram-se o Eixo Acesso a Transportes e

Adaptação a Mudanças Climáticas, e em Sousa-PB, este destaque também ficou no eixo Adaptação a mudanças Climáticas, seguido pelo eixo Resiliência a Catástrofes. Estes resultados evidenciam que as percepções dos participantes dos locais que a consulta chega, se assemelham em alguma forma.

Importante ressaltar que apesar de haver semelhanças nos eixos que obtiveram maiores e menores pontuações, a comparação visual estabelecida entre os gráficos de Sousa-PB e Brasil, há uma discrepância nítida no que se refere a proximidade dos pontos em relação às extremidades, conforme Figura 31. Esse dado evidencia que os níveis de sustentabilidade da cidade, se apresentam mais baixos que os do país.

Diante deste cenário, destaca-se a necessidade de comunicação por parte da gestão municipal sobre suas ações, e buscar através da percepção dos cidadãos aprofundar-se em uma análise a partir da interação com a população, a fim de planejar uma expansão das políticas públicas existentes, e criar novas de modo a atender as necessidades existentes.

Figura 31. Comparação visual dos resultados Brasil x Sousa-PB



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

No que se refere aos resultados obtidos por cidade, foram apresentadas as percepções das dez cidades mais representativas em relação ao número de participações. Essas cidades foram: São Paulo (SP), Teresina (PI), Niterói (RJ), Juiz de Fora (MG), Santo André (SP), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Manaus (AM) e Maceió (AL).

Quanto aos eixos que mais se destacaram, Vida Urbana, apresentou-se de forma positiva em 60% das cidades citadas anteriormente. Os respondentes acreditam que as iniciativas dedicadas a criar uma vida urbana melhor estão aumentando, porém registra-se forte equilíbrio entre iniciativa governamental e da própria população.

Por outro lado, na cidade de Sousa-PB, os respondentes acreditam que a prefeitura municipal tem melhorando na coleta e tratamento de resíduos, e a poluição do ar, não apresenta crescimento, evidenciando o eixo do Impacto Ambiental das Cidades.

Assim como na cidade de Sousa-PB, o eixo de destaque negativo foi Adaptação a Mudanças Climáticas, onde 78,92% dos respondentes têm a percepção de que não existem políticas públicas relacionadas a mudanças climáticas e resiliência a desastres, em todas as cidades que tiveram seus resultados apresentados pela Consulta Cidades Sustentáveis (2020), este eixo teve avaliação mais negativa que positiva na visão dos respondentes. Este dado expõe

a falta de comunicação existente entre gestão e população, a ineficácia de políticas existentes, ou a inexistência das mesmas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas e, no Brasil, este número é em torno de 85%. A tendência é que o crescimento das áreas urbanas continue pelos próximos anos. Construir cidades sustentáveis, portanto, é um grande desafio para as gerações atuais e futuras, e que garante a nossa sobrevivência e qualidade de vida a médio e longo prazo.

A presente pesquisa buscou avaliar a percepção dos residentes da cidade de Sousa-PB sobre sustentabilidade urbana, tomando por base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11). Para isso utilizou-se como ferramenta de captação de informações, um questionário de percepção social, com 30 questões objetivas, envolvendo a temática das 10 metas do ODS 11, transparência e prestação de contas.

Foram gerados gráficos de análise individual das respostas por questão, e posteriormente o gráfico que representou a percepção geral da cidade Sousa-PB. Os resultados foram comparados com os obtidos através da “Consulta Cidades Sustentáveis (2020), em nível de país, e com as cidades mais representativas em número de participantes.

O eixo que obteve melhor pontuação foi o de Impacto Ambiental das Cidades, onde os respondentes afirmam que a prefeitura municipal dedica ações de melhoria na oferta de serviços básicos de coleta de lixo, e dividem opiniões quanto ao crescimento dos níveis de poluição do ar na cidade. Adaptação a Mudanças climáticas, por sua vez, obteve a pior pontuação, onde a população afirma que não existem, ou desconhece ações governamentais no sentido de políticas de enfrentamento a mudanças climáticas e catástrofes.

Diante dos dados analisados, e das comparações estabelecidas, conclui-se que a cidade de Sousa-PB encontra-se em um nível de sustentabilidade inferior ao país e às cidades que foram analisadas, embora os pontos de concordância e discordância sejam semelhantes. Dessa forma, estudos nesse sentido, colaboram para que se avalie a satisfação e o grau de conhecimento da população mediante as políticas públicas existentes, fornecendo para as gestões um instrumento que permitam direcionar ações em prol da construção de cidades sustentáveis.

Têm-se como sugestão para estudos futuros, a continuidade da realização de consultas neste sentido, analisando através da percepção populacional, o impacto das ações realizadas pelo poder público e organizações atuantes na cidade de Sousa-PB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCETTA, Lucia Teresa Alexim de Sousa; SILVA, Eliana Napoleão Cozendey da; ZOTES, Luis Perez. **Gestão Participativa, Comportamento e Motivação na Administração Pública**. 2006.

BACKER, Paul de. **Gestão ambiental: A administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2017.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas de Eleitorado**. 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em 16/04/2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

COSTA, H.S.M. **Meio ambiente e Desenvolvimento: um convite à leitura**. In: HISSA, C.E.V. (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.79-107.

ENRÍQUEZ, M. A. **Economia dos recursos naturais**. In: MAY, P. H. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ESCOBAR, A. **Constructing nature: Elements for a poststructural ecology**. In: PEET, R.; WATTS, M. (Ed.). **Liberation ecologies: Environment, development, social movements**. London: Routledge, 1996. p.46-68.

GOMES, M.F.; FERREIRA, L.J. **Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Direito e Desenvolvimento**. Revista de Pós Graduação em Direito. v.9, n.2, p.2-24, 2018.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>>. Acesso em: 12/04/2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório brasileiro para o Habitat III**. Brasília: ConCidades; Ipea, 2016.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE. **1º Diagnóstico da rede de monitoramento da qualidade do ar no Brasil**. 2014. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Diagnostico_Nete_de_Monitoramento_da_Qualidade_do_Ar.pdf>. Acesso em: 20/04/2021.

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEITE, C.; TELLO, R. **Indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento imobiliário urbano: relatório de pesquisa**. São Paulo, Fundação Dom Cabral/Secovi, 70 p. 2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 204p.

NDEKE, Eunice Ngina. **A critical review of the development of sustainability indicators for the City of Cape Town: a focus on environmental and socio-economic sustainability.** Tese (Doutorado). Stellenbosch: Stellenbosch University. 2011.

NOVAIS, V. M. da S. **Desafios para uma efetiva gestão ambiental no Brasil.** São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/4h.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

OLIVEIRA, E. Z. Percepção ambiental x arborização urbana dos usuários da avenida Afonso Pena entre as ruas Calógeras a Ceará em Campo Grande - MS. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.8, n.2, p68-85, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sustainable Development Goal 11: Cidades e comunidades sustentáveis.** 2015. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>>. Acesso em: 16/04/2021.

_____. **Espaço público.** Nova Iorque: ONU, 2015. (Documento Temático, n. 11).

PEET, R.; WATTS, M. **Libera Ting ecóloga:** Development, sustainability, and enviroment in na age of market triumphalism. In: PEET, R.; WATTS, M.I. (Ed.). **Liberation ecologies:** Environment, development, social movements. London: Routledge, 1996. p.1-45.

PRADO, André L. **Desenvolvimento urbano sustentável:** de paradigma a mito. Campinas. Oculum Ensaios, 12 (1), p. 83-97, jan – jun, 2015.

PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS – PNUD. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015.

_____. **Consulta Cidades Sustentáveis.** 2020.

RODRIGUES, Auro Jesus; VIEIRA, José; FONTANA, Rafael Luiz; BARROSO, Rita de Cássia; SILVA, José Adailton. **A urbanização no mundo e no Brasil sob um enfoque geográfico.** *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT*, v. 3, n. 1, p. 95-106, 2015.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 2008.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA. **Lei Orgânica do Município de Sousa.** Sousa: Câmara Municipal, 1990. Disponível em:<https://camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1556/LEI%20ORGANICA%20MUNICIPAL__0000001.pdf>. Acesso em: 11/06/2021.

WU, Jianguo. **Urban sustainability:** an inevitable goal of landscape research. *Landscape ecology*. v. 25, n. 1, p. 1-4. 2010.